



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

Faculdade de Educação

Departamento de Organização e Gestão da Educação

Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Gentil de Jesus Alexandre

Análise da Gestão e Planificação Educacional para o Acesso Escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau: O caso, o Serviço Distrital De Educação Juventude e Tecnologia de Massinga, Província de Inhambane (2017-2020).

Massinga, Abril de 2022

Faculdade de Educação
Departamento de Organização e Gestão da Educação
Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Gentil de Jesus Alexandre

Análise da Gestão e Planificação Educacional para o Acesso Escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau: O caso, o Serviço Distrital De Educação Juventude e Tecnologia de Massinga, Província de Inhambane (2017-2020).

Monografia a ser apresentada ao Departamento de Organização e Gestão da Educação na FACED_UEM, em cumprimento dos requisitos parciais para obtenção do Grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação.

O supervisor:

Mestre Adriano S. Uaciquete

Massinga, Abril de 2022

Análise da Gestão e Planificação Educacional para o Acesso Escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau: O caso, o Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Massinga, Província de Inhambane (2017-2020).

Esta Monografia é apresentada ao Departamento de Organização e Gestão da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento dos requisitos parciais para obtenção do Grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação.

Comité de Júri:

O Presidente

O Supervisor

Oponente

Maputo, Abril de 2022

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro, por minha honra, que esta Monografia é resultado do meu esforço individual. Ela nunca foi apresentada na sua essência para efeitos de obtenção de qualquer grau. É apresentada em cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do Grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

Massinga, Abril de 2022

O Autor:

(Gentil de Jesus Alexandre)

AGRADECIMENTOS

À Deus todo-poderoso, por me ter concedido a vida e saúde para chegar até esta fase de sucessos depois de muitas batalhas ao longo dos quatro anos de desafios académicos.

Meus agradecimentos especiais vão para o Mestre Adriano S. Uaciquete, meu supervisor, por ter tido o seu singelo carinho académico que sem o qual este trabalho não teria sido possível, obrigado mesmo de coração Mestre Adriano S. Uaciquete pelo apoio e empenho imensuráveis.

Meus agradecimentos vão para minha esposa, a toda minha família (meus filhos e meus irmãos) pelo companheirismo ameno durante o percurso.

Agradecimentos vão para o Director do Curso, Dr. Lourenço Chipire e a todos Docentes da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane que ministravam as cadeiras de que compõem o presente curso, vão também para os tutores e co-tutores do Centro de Recurso e Tutoria na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane na Cidade de Inhambane e a todos intervenientes do processo de ensino e aprendizagem da Universidade Eduardo Mondlane.

Ao Serviço Distrital de Educação Juventude Tecnologia de Massinga por ter facilitado, abertura e esforço abnegado na facilitação de recolha de dados como contributo directo para que este estudo fosse concretizado, mesmo com a dinâmica no contexto da COVID-19, muito obrigado.

Meus agradecimentos vão para os meus colegas do Instituto de Ciências de Saúde de Massinga, especialmente para Argentina Reginaldo Nhahlua e Irene André Murure por apoio moral desde o primeiro dia da aula até a produção da monografia e todos aqueles que directa ou indirectamente influenciaram positivamente para o meu desempenho académico.

Dedicatória

Dedico ao meu Pai Alexandre Seneta e a Minha Mãe Sara Saquene por terem nascido a mim; a minha esposa, a minha única irmã Vitória da Paz Alexandre e aos meus filhos pelo calor, carinho e paciência durante as ausências decorridas ao longo da caminhada buscando conhecimentos científicos e o futuro bem socioeconómico do País e da família.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAEA	Centro de Alfabetização e Educação de Adultos
CE	Conselho da Escola
DM	Diploma Ministerial
EP1	Escola Primária do Primeiro Grau
EPT	Educação Para Todos
ESHTI	Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane
FACED	Faculdade de Educação
INE	Instituto Nacional de Estatística
MEC	Ministério de Educação e cultura
MINEDH	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
PEA	Processo de Ensino e Aprendizagem
PEE	Plano Estratégico da Educação
PES	Plano económico-social
PNE	Plano nacional da Educação
PQG	Plano Quinquenal do Governo
REGEB	Regulamento Geral do Ensino Básico
SDEJT	Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia
SDEJTM	Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Massinga
SNE	Sistema Nacional de Educação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNESCO	Organização da Nações Unidas para Educação ciência e cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a infância

RESUMO

No período de 2017 a 2020 o Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT) de Massinga não conseguiu alcançar as metas planificadas localmente para escolarização em 3.6%, e dos efectivos conseguidos, 2.7% desistiram. Diante dessa situação, a presente pesquisa teve como o objectivo, “Analisar como é que o Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Massinga (SDEJTM) implementa uma gestão e planificação educacional que considera todos factores que tem impacto no acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1)”, cuja o grupo alvo da pesquisa foi de funcionários do SDEJTM (Director do serviço, chefes de repartições) incluindo alguns Presidentes e ou representantes de alguns Conselhos de Escolas (CE) e Directores de escolas, numa amostra de 16 participantes convenientemente disponíveis, dentro de uma população de 48 elementos, numa pesquisa quali-quantitativa por meio de entrevistas, questionário e Análise bibliográfica documental. Do estudo, concluiu-se que o SDEJT de Massinga, quanto aos seus processos de Planificação e Gestão para o acesso escolar têm potenciais estratégias e ou papéis, como: o de *provisão lanche e do Material escolares; de pré-recenseamento comunitários de crianças em idade escolar; de coordenação com os conselhos de escolas (CE), com as lideranças comunitárias e religiosas no contacto porta a porta para recenseamento de crianças em idade escolar e buscas activas de crianças em idade escolar que abandonaram; o de Revitalização e Monitoria das actividades dos CE; o de apoio as crianças desfavorecidas, e o de fortificação do Elo de ligação escola comunidade através dos Conselhos de Escolas. Estas estratégias, ajudaram a contornar os considerados *potenciais factores que determinam para o acesso escolar, como: os trabalhos extralectivos, a distância casa escola, a falta de lanche e carteiras escolares, as limitações em salas de aulas e do livro escolar*, minimizando assim o impacto no acesso escolar no Distrito, justificado com realização das projecções de efectivos escolares em 96%, e da taxa de desistências de apenas 2.7%, fortificado pelo aperfeiçoamento positivo dos instrumentos vigentes do SNE, como, os Plano Estratégico de Educação (PEE), o Regulamento do Ensino Básico (REGEB) e Plano Nacional de Educação (PNE) adequando-os a realidade local, assumindo papéis de gestão na planificação e promoção para o acesso e retenção escolar no Distrito.*

Palavras-chave: Gestão, Gestão Educacional, Planificação, Planificação educacional, Acesso Escolar, Ensino Primário do Primeiro Grau.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização	1
1.2. Caracterização do local de estudo	2
1.3. Delimitação do tema.....	3
1.4. Descrição do Problema.....	4
1.5. Perguntas de pesquisa.....	5
1.6. Objectivos	5
1.6.1. Objectivo Geral	5
1.6.2. Objectivos Específicos	6
1.7. Justificativa	6
CAPÍTULO II– REVISÃO DE LITERATURA E OU QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL	7
2.1. 2.1. Definição de Conceitos-Chave	7
2.1.1. Gestão.....	7
2.1.2. Gestão Educacional	8
2.1.3. Planificação	8
2.1.4. Planificação educacional	9
2.1.4.1. Planificação orientada para os resultados.....	10
2.1.4.2.Importância da planificação escolar ou educacional	11
2.1.5. Acesso Escolar	11
2.1.5.1. Indicadores de cobertura e ou de acesso escolar no Primeiro Cíclo de Ensino Primário	12
2.1.5.2. Factores que determinam o acesso escolar.....	13
2.1.6.1. Papel e ou atribuições do SDEJT na Gestão e Planificação Educacional	14
2.1.6.2 Promoção da ligação Escola Comunidade	15
2.1.6.3. Papel e ou atribuições do SDEJT na promoção da ligação escola e comunidade	16
2.1.6.4. Papel e ou Atribuições dos Conselho da escola (CE) na promoção da ligação escola comunidade	17
CAPÍTULO III - METODOLOGIA	19
3.1. Abordagem e Tipo de pesquisa	19
3.1.1. Quanto a natureza e ou a finalidade.	19
3.1.2. Quanto a abordagem.....	19
3.1.3. Quanto aos objectivos	20

3.2. População, Amostragem e Amostra em estudo e suas características.....	20
3.2.1. População em estudo.....	20
3.2.2. Amostragem.....	21
3.2.3. Amostra.....	21
3.2.3.1. Caracterização da amostra.....	22
3.2.3.2. Características sociodemográficas e profissionais da amostra.....	22
3.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	23
3.4.1. Entrevista.....	24
3.4.2. Análise bibliográfica documental.....	24
3.4.3. Questionário.....	25
3.5. Procedimentos de recolha de dados.....	25
3.6. Procedimentos e Técnicas de Análise e tratamento de dados e informações.....	26
CAPITULO – 4 APRESENTAÇÃO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	27
4.1. Factores que determinam o acesso escolar no EP1 no Distrito de Massinga.....	27
4.2. O grau de cumprimento dos indicadores de acesso escolar no ensino primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga.....	29
4.3. A relação entre o acesso escolar no EP1 e a promoção da ligação escola comunidade na Gestão e Planificação educacional no Distrito de Massinga.....	32
CAPITULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	36
5.1. Conclusões.....	36
5.2. Limitações do trabalho.....	38
5.2.1. Recomendação para futuros pesquisadores.....	38
5.2. 2 Recomendação para o SDEJT de Massinga.....	38
Referências Bibliográficas.....	40
Apêndices e Anexos.....	42

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1: Ilustração dos participantes por idade, sexo, e experiência de serviço.....	22
Tabela 2: Ilustração dos participantes por profissão, nível e cargo.....	23
Tabela 3: Projeções de Efectivos escolares, turmas e professores 2017 a 2020.....	30
Tabela 4: Evidências de número de escolas, salas, turmas e sua utilização por alunos	31
Tabela 5: Situação Rácio aluno Professor, aluno Turma e retenção escolar	31
Tabela 6: Descrição de Papel dos SDEJTM na promoção do acesso e retenção escolar no EP1	32
Tabela 7: Papel do SDEJTM na planificação para o acesso e retenção escolar no EP1	33

Gráficos

Gráfico 1: Ilustração de Factores que determinam para o acesso escolar no EP1.....	27
Gráfico 2: Factores familiares e escolares que determinaram o acesso escolar no EP1	28
Gráfico 3: Estratégia que o SDEJT usa para assegurar o acesso escolar	29
Gráfico 4: Indicadores que evidenciam o acesso escolar no Distrito de Massinga.....	30
Gráfico 5: Papel do SDEJTM na planificação e promoção para o acesso e retenção escolar no EP1	34
Gráfico 6: Papel do SDEJT na promoção da ligação escola comunidade.....	34
Gráfico 7: Papel dos CE na promoção da ligação escola comunidade.....	35

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Este capítulo versa sobre os objectivos e as apresentações breves do corpo da pesquisa.

1.1. Contextualização

Em Moçambique mais da metade da população constituída maioritariamente por crianças, jovens e adolescentes da faixa etária dos 6 a 14 anos de idade, está fora da escola (INE, 2017), o que significa acesso escolar comprometido. Falar do acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga é pertinente porque nos permite analisar um ciclo onde grau de cumprimento dos indicadores de acesso escolar envolve parte significativa da população dentro do sistema. Estes indicadores são importantes para determinar o grau de eficiência e qualidade do sistema educativo.

No período de 2017 a 2020 o Distrito de Massinga projectou escolarizar cerca de 176493 crianças homens e mulheres (HM) para o Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1), e deste número conseguiu ter uma realização em 96,4%, correspondente a 170153 crianças HM matriculadas da 1ª a 5ª Classes, dado positivo, porém, dos cerca de 3.6% de diferença em relação a meta prevista dos 100%, correspondentes a 6354 crianças HM não conseguiram se matricular para o EP1, significando que para o período em análise, estas crianças ficaram sem oportunidade deste grande dever e direito universal, segundo dados colhidos do plano económico e social (PES) do SDEJT de Massinga, dum lado.

Do outro lado, no mesmo período, das 170153 crianças HM que se matricularam da 1ª a 5ª classes nem todas chegaram ao fim do ano, no mesmo período 2,7% correspondente a 4597 crianças HM abandonaram antes do fim do ano, comprometendo assim a taxa de escolarização e ou de retenção escolar, como um dos indicadores de acesso escolar. Portanto, cumulativamente são cerca de 10951 crianças HM que ficaram fora do processo de ensino e aprendizagem de 2017 a 2020 no Distrito de Massinga, número não considerado menos importante olhando a dimensão educação humana e desenvolvimento socioeconómico dum País em particular e do mundo em geral.

Este trabalho de pesquisa pretendeu analisar como é que o Serviço Distrital da Educação Juventude e Tecnologia implementa uma Gestão e Planificação Educacional que considera todos os factores que têm impacto no acesso escolar.

E ao final, considera-se que os objectivos foram atingidos e a pergunta do problema respondida com a confirmação das questões de partida, indicando que a partir deste estudo se faria necessária a contribuição em estratégias para minimizar o problema de acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: Capítulo I tem a Introdução, a delimitação do tema, o problema, a justificativa, os objectivos, as perguntas de partida; no Capítulo II, encontramos a Revisão de Literatura e ou o Quadro teórico conceitual; o Capítulo III, Quadro de Metodologia e ou desenho metodológico; o Capítulo IV Apresentação, descrição e análise dos resultados e o Capítulo V Conclusão e Recomendações; e as Referências Bibliográficas.

1.2. Caracterização do local de estudo

O Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Massinga é o órgão máximo de Gestão e Planificação da Educação ao nível do Distrito e tem a finalidade de gerir a educação no Distrito, assegurando o acesso a educação em todos os 149 estabelecimentos de ensino público e privado, num total de 137 (cento e trinta e sete) Escolas Primárias Completas (EPC), das quais 136 (cento e trinta e seis) do sector Público e 1 (uma) do Sector Privado, e 7 (Sete) Escolas Secundárias Gerais do Primeiro Ciclo, 4 (quatro) Escolas Secundárias Gerais do Segundo Ciclo (ESG2), 1 (uma) Escola do Ensino Técnico Profissional (ETP), e Centro de Alfabetização e Educação de Adultos (CAEA), todas do sector público.

O Distrito de Massinga tem cerca de 248573 habitantes numa área geográfica de 7,410Km², com uma densidade populacional de 33.5 habitantes por Km² de acordo último Censo Populacional de 2017, figurando-se assim como Distrito mais populoso da Província de Inhambane. Este Distrito, faz limite com os Distritos de Vilankulo e Mabote no extremo Norte; com os Distritos de Funhalouro e Morrumbene – Oeste; com o Distrito de Morrumbene a Sul e a Este pelo oceano Índico.

Nesta perspectiva a pesquisa teve como foco o papel do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Massinga (SDEJTM), na gestão e planificação para o acesso e ou cobertura escolar para o Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1) ao nível do Distrito.

O Ensino Primário enquanto porta de entrada a educação escolar exige dos gestores e planificadores distritais um desempenho que permite assegurar que toda população em idade escolar neste ciclo usufrua do direito a educação e assim materializar a política de educação para todos. Cabe a estes lidarem com todos os factores que podem influenciar o acesso escolar.

Assegurar o acesso escolar, é garantir que toda população em idade escolar ou com maior idade que não tenha tido oportunidade na idade específica goze deste direito e dever plasmados na Constituição da República de Moçambique respondendo obviamente os objectos do Governo.

1.3. Delimitação do tema

Este tema objectiva analisar a gestão e planificação educacional para o acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga, na Província de Inhambane no período de 2017 á 2020. Fizeram parte da pesquisa: funcionários do SDEJTM (Director geral, alguns Directores das escolas, e ou Presidentes ou representantes de alguns CE do Distrito), com enfoques para as escolas que tiveram taxas de admissão na 1ª Classe inferiores a 70% no período em análise, e outros funcionários do sector que por inerência de funções foram elegíveis no acto da pesquisa, com tempo mínimo de experiência na actividade que faz, de 5 anos, bem como convenientemente disponíveis no acto da pesquisa.

Neste contexto, a escolha do problema considerou-se ligação do tema em análise com o pesquisador, assim como a localização da residência do pesquisador em relação a área geográfica do estudo, o que facultou a redução de custos de transporte, alimentação e alojamento durante o processo de recolha de dados, como também, considerou o Distrito em estudo fazendo parte dos mais populosos da província de Inhambane, em que nos distritos mais populosos a temática sobre o acesso escolar na actualidade tem sido questão de discussão, e parece que ainda carece de muitos estudos.

1.4. Descrição do Problema

O acesso a Educação é direito e dever patentes nas políticas, normas e estratégias das sociedades que promovem o Estado de Direito e de bem-estar social. Com efeito, Moçambique ratificou vários compromissos internacionais e regionais, para assegurar educação universal e ou para todos. Ao nível internacional podem ser mencionados a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e a Declaração Mundial de Educação para Todos (Monteiro & MA, 2017).

Para se avaliar o grau de acessibilidade educativa usam-se vários indicadores, tais como: a Taxa de admissão, Taxa de admissão bruta, Taxa de admissão por idade específica, Taxa de Transição, Taxa de Escolarização, Taxa líquida de Escolarização, Taxa bruta de Escolarização, Taxa de Escolarização por idade específica, eficácia interna, taxa de abandono, taxa de aprovação e taxa de reprovação.

Em Moçambique existe os principais instrumentos de planificação do Governo, o Programa Quinquenal do Governo (PQG). Para Educação, em resposta ao PQG, existe os instrumentos de desdobramento, principais instrumentos de política do sector, que são a Política Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estratégico de Educação (PEE), (UNESCO & MENEDH 2019). Entre o período 2008 a 2014, a percentagem de crianças fora da escola no País estagnou em torno dos 12% no grupo de idades dos 6 a 12. (Mambo & Finlândia, s. d.).

E segundo dados colhidos de Relatórios do PES (2017-20) do SDEJTM, o Distrito projectou escolarizar cerca de 176493 crianças homens e mulheres (HM) para o Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1), e deste número conseguiu ter uma realização em 96,4%, correspondente a 170153 crianças HM matriculadas da 1ª a 5ª Classes, dado positivo, porém, dos cerca de 3.6% de diferença correspondendo a 6354 crianças HM que não conseguiram se matricular para EP1 em relação a meta prevista de 100%, significa que estas crianças ficaram sem usufruir deste dever e direito universal, dum lado.

Do outro lado, no mesmo período, das 170153 crianças HM que se matricularam da 1ª a 5ª classes nem todas chegaram ao fim do ano, como também, 2,7% correspondendo a 4597 crianças HM abandonaram antes do fim do ano, comprometendo assim a taxa de escolarização e ou de retenção escolar, como um dos indicadores de acesso escolar.

Portanto cumulativamente, são 10951 crianças HM que ficaram fora do processo de ensino e aprendizagem de 2017 a 2020 no Distrito de Massinga, número não considerado menos importante olhando a dimensão educação do sero humano e desenvolvimento socioeconómico dum País, sociedade e o mundo em geral.

Dado que uma gestão e planificação educacional adequada ao nível do Distrito pode assegurar o acesso e ou cobertura escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau, coloca-se a seguinte Questão de partida para o problema: *“Qual é a relação da gestão e planificação educacional com os factores que impactuam para a garantia do acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga no período de 2017 a 2020?”*.

1.5. Perguntas de pesquisa

Para responder ao tema de investigação, foram surgindo algumas questões que serviram como base de todo o trabalho idealizado, interessando averiguar como é abordado o tema em análise. Partindo naturalmente destas ideias, urgiram as seguintes questões:

- Que factores determinam o acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga?
- Que grau de cumprimento dos indicadores de acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga?
- Qual é o grau de promoção da ligação escola comunidade existente no SDEJT contribuindo na planificação para o acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga?

1.6. Objectivos

1.6.1. Objectivo Geral

- Analisar como é que o Serviço Distrital da Educação Juventude e Tecnologia implementa uma Gestão e Planificação Educacional que considera todos os factores que têm Impacto no Acesso Escolar para Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga, (2017 a 2020).

1.6.2. Objectivos Específicos

- Identificar os factores que determinam o acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga.
- Descrever o grau de cumprimento dos indicadores de acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga.
- Relacionar o acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau e o grau de promoção da ligação escola comunidade na Gestão e Planificação educacional no Distrito de Massinga.

1.7. Justificativa

O estudo deste tema tem como ponto de partida a necessidade de conhecimento e compreensão da área de trabalho da gestão educacional ao nível distrital particularmente dos processos e os factores a ter em conta para a garantia do acesso escolar para o Ensino Primário do Primeiro Grau. Na sequência disso, a temática sobre gestão e planificação da educação na actualidade, parece ser um assunto que ainda precisa de muitos estudos, considerando a realidade do País, em que muitas crianças em idade escolar, particularmente em Distritos populosos não têm acesso a educação e o órgão da gestão distrital tem um papel importante em todo o processo, dum lado.

Por outro lado, a presente pesquisa considera que o órgão de gestão educacional ao nível do Distrito é responsável pela qualidade e satisfação do consumidor final, a comunidade, e que estimula a gestão com envolvimento e participação da sociedade nas práticas rotineiras da gestão e planificação educacional, contribuindo na tomada de decisões dos assuntos de acesso escolar, e os resultados do presente estudo poderão contribuir na compreensão da influência da gestão e planificação educacional para o acesso escolar no Distrito de Massinga.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA E OU QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL

2.1. 2.1. Definição de Conceitos-Chave

Olhando na abordagem de Almeida, & outros, (2012) “*Referencial teórico Trata-se do levantamento na literatura (livros, artigos científicos, sites oficiais) ”* que versam sobre o tema proposto. Portanto, nesta secção, é abordada a Revisão de Literatura na perspectiva conceitual sobre Gestão, Gestão educacional, Planificação, Planificação educacional, Acesso Escolar e Ensino Primário do Primeiro Grau. Discute também o papel e ou atribuições do SDEJT na Gestão da Educação ao nível do Distrito, a importância da planificação educacional, Planificação orientada para os resultados, o papel e ou atribuições do SDEJT e CE na promoção da ligação escola comunidade, os factores e os indicadores determinantes do acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau.

2.1.1. Gestão

Gestão, é execução contínua e sistemática das actividades nas organizações usando vários recursos, por forma assegurar eficiência organizacional usando normas disciplinadoras, planificando, organizando, controlando, coordenando e comandando no ambiente da instituição, obviamente, a educação não se exclui desta abordagem. Chiavenato (1985), baseando-se no Fayolismo, afirma que a gestão compreende as funções de planificar, organizar, controlar, coordenar e comandar, no ambiente organizacional.

Como Chiavenato, outros dizem que gestão é o uso de conhecimentos para através de pessoas alcançar objectivos organizacionais, falam ainda de uso de estratégias com determinação para assumir o controlo de situação orientando caminhos para o alcance dos objectivos dentro da Organização. Salientando Dias (2002), exorta que a gestão diz respeito a utilização de funções com o uso de conhecimentos necessários para através de pessoas atingir os objectivos duma Organização de forma eficiente e eficaz.

Por seu turno Santos (2013, p.18) adverte que só “*Existe gestão sempre que executar continuamente conjunto de actividades utilizando vários recursos e que, de forma sistematizada, se forem tomando decisões que tornam mais eficiente a execução dessas actividades*”.

2.1.2. Gestão Educacional

Apesar da Gestão Educacional ter a sua natureza e características próprias, o que a diferencia de aplicação das técnicas e princípios de gestão em outras áreas do desenvolvimento socioeconómico por finalidades políticas e pedagógicas, porém, várias são concepções que abordam a gestão, onde uns dizem que a gestão educacional é o processo em que o órgão responsável pela educação administra da melhor forma possível a sua instituição, combinando, para isso, os recursos disponíveis com a força de trabalho, os perfis técnico, conceptual e humano para obter os melhores resultados organizacionais.

Segundo Mesacasa (2011) a Gestão da Educação no contexto actual é tarefa de gerir a instituição não apenas como tarefa da equipe directiva, mas, esta tarefa é descentralizada e deslocada para todos os componentes educativos. Castro, et al, (2015), falam da gestão escolar como sendo a relação de interdependência entre o conhecimento dos gestores e a aplicação de métodos, técnicas e tecnologias; no processo participativo, e em pessoas qualificadas no fazer administrativo numa escola.

Menezes e Santos (2002), falam da Gestão Escolar como sendo uma expressão relacionada à actuação que objectiva promover a Organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais dos estabelecimentos de ensino. Portanto a gestão educacional inclui a Planificação, coordenação, execução, controlo e avaliação de todas actividades do processo educativo (educação, instrução e ensino) através das instituições responsáveis nas dimensões: política e socioeconómica, e o resultado desse processo.

2.1.3. Planificação

A planificação é espécie de projecção, estimação e previsão dos recursos e meios necessários para a efectivação, quer seja de um programa, quer seja de um projecto, quer seja de uma actividade, ou de um plano, tudo sobre como lá chegar em função dos objectivos e ou metas previamente traçadas. Como diz Chiavenato (1985), Planificação é a função Administrativa que determina antecipadamente o que se deve fazer e quais os objectivos que devem ser atingidos, é um modelo Teórico para acção futura.

No contexto de Libâneo (1990): *“A planificação é acção ou efeito de planificar/ planejar organizar-se ou organizar algo de acordo com um plano, sequenciar antecipadamente ideias, assuntos, actividades para um fim e ou para alcançar um determinado objectivo”*

Sendo que a educação precisa organizar, coordenar, prever, projectar os meios e os recursos necessários para concretizar os objectivos de forma eficiente, eficaz e efectiva respondendo as necessidades sociais. Portanto, o processo de planificação é a principal função de uma gestão, pois envolve a criação de um cenário futuro, sendo a base para tomada de decisões, advertindo-se que não se deve confundir a planificação com a da tomada de decisões olhando decisões com base no imprevisto, a planificação serve justamente para colectar informações do presente e definir os objectivos a longo e médio prazo (Stadler & Paixão, 2012). Naturalmente que os órgãos de gestão educacional precisam desses alicerces para assegurar o acesso escolar em todos os subsistemas de ensino no nosso País.

2.1.4. Planificação educacional.

A planificação educacional é a Projecção, estimação e previsão de recursos e meios necessários para a efectivação de um programa, Projecto, actividade, plano, sobre como lá chegar em função dos objectivos e ou metas previamente traçados para o funcionamento do sistema educativo. Piletti (2004) discute a planificação educacional como sendo tomada de decisões sobre a educação no conjunto de desenvolvimento geral do País, requerendo a proposição de objectivos a longo prazo que definam uma política de educação”.

Na mesma perspectiva se pronunciam Hallak e Jacques (1997, p.53) apud UEM (2019)afirmando que: *“a planificação do Sistema de Educação é o de maior abrangência entre os níveis de Planificação da educação escolar, correspondendo a Planificação que é feita em nível nacional, provincial e distrital”*.

A Planificação Educacional, também sido falada por Paraná (2018 p.12) abordando esta como sendo: *“Uma ferramenta indispensável e necessária para a realização e concretização dos objectivos propostos, incluindo a determinação prévia do que se deve e como fazer, processo*

permanente e contínuo, (...) e deve ter o apoio incondicional dos representantes que coordenam a organização”.

Portanto o SDEJT de Massinga faz parte do órgão projectante das actividades educativas em função dos objectos do governo previamente traçados e olhando as políticas e normas dos órgãos máximo do Governo e do SNE, como: o Plano Económico Social/Plano Quinquenal do Governo; Plano Estratégico da Educação e Plano Nacional da Educação.

2.1.4.1. Planificação orientada para os resultados

A planificação possibilita a coordenação de diferentes pessoas, projectos e acções em curso nas organizações para alcance com sucesso dos objectos previamente traçados, É com planificação que se possa prever e assegurar o acesso escolar sem lesar o grupo alvo. É assim que Falando sobre Planificação orientada para os resultados, Martinez e Rezende (2011-12) dizem que significa o comprometimento com eficiência, eficácia, do fazer realmente o que importa e socialmente desejável.

Planificação orientada para os resultados significa também, Tornar transparente e precisa a acção de organizar o que será executado, sistematizar as ideias e os recursos para tornar mais eficientes as acções institucionais, com aumento da responsabilidade ao lidar com mudanças, olhando factores do ambiente que afectam a organização.

Serra (2008) como, citado em Martinez e Rezende (2011-12), diz que para estabelecer o objecto da Gestão Orientada e Planificação (GOP):

“Deve-se esclarecer, primeiro, o que significa resultados (...). Resultado é o efeito e a consequência de uma acção, (...) que se caracteriza como a criação de maior valor (...) gerar capacidade nas suas organizações para que consigam, mediante a gestão do processo de criação de valor público, os resultados estipulados nos objectivos do programa de governo”

Nessa mesma linha, Corrêa (2007) apud Martinez e Rezende (2011-12), diz que para o alcance de resultados, é necessário que haja: implementação de mecanismos de avaliação institucional; Planificação estratégica de projectos ou programas; Ampliação da flexibilidade gerência;

Desenvolvimento de indicadores de desempenho e a Avaliação de desempenho (medição das metas estabelecidas) fornecendo retroalimentação para o desenvolvimento de futuras metas gerenciais.

Portanto, nesse sentido, projectos e programas de governo devem estar em consonância com a planificação estratégica, com os objectivos de governo que efectivamente gerem resultados.

2.1.4.2.Importância da planificação escolar ou educacional

Na perspectiva do Libânio (1990), a planificação escolar é um processo de racionalização, organização e coordenação da acção docente, articulando a actividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências económicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes.

A acção de planificar é uma actividade consciente de previsão das acções docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente situações didácticas concretas (isto é, a problemática social, económica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino) Idem. É nesta óptica que planificando, supõe se previsão das estratégia, meios, recursos a utilizar para lograr sucessos olhando a dinâmica social, político, económico e étnico cultural.

Por essa razão, a planificação é uma actividade de reflexão acerca das nossas opções e acções; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade (Libânio 1990).

2.1.5. Acesso Escolar

A educação como direito e dever universal e ou para todos no nosso País, ao concretizar-se, estaria se assegurando o acesso escolar, ou seja, todas as criança com idade escolar poderiam ter a oportunidade para se ingressar na escola, olhando naturalmente o problema em análise, este é condicionada pela gestão e a planificação educacional implementada considerando todos factores de acesso escolar.

Segundo UNESCO (2019, p.45),

O acesso à educação é o grau em que as instalações e oportunidades educacionais estão disponíveis para as pessoas que precisam delas, medido por indicadores como a taxa de admissão (...), a taxa de escolarização, (...). Pressupondo-se que com estes indicadores alcançados, o acesso escolar estaria assegurado, bem como a universalidade da educação.

O acesso escolar no primeiro nível de ensino, é calculado pela proporção de crianças admitidas em relação a população correspondente desse nível, chamada taxa de admissão, e é como direito e dever patentes nas políticas, normas e estratégias das sociedades que promovem o estado de direito e de bem-estar social, através de inclusão, equidade e promoção (Monteiro & MA) apud UEM (2019).

Por conseguinte, o assunto de acesso escolar é profundamente preocupante e meramente pertinente na gestão e planificação escolar nos estabelecimentos de ensino, de tal modo que se expressa activamente nos temas da actualidade, como sendo realmente promoção de maior prontidão escolar, com o grupo alvo, crianças em idade escolar e com maior inclusão tendo em conta as condições socioeconómicas dos pais e ou Encarregados de Educação.

2.1.5.1. Indicadores de cobertura e ou de acesso escolar no Primeiro Ciclo de Ensino Primário

Os indicadores de cobertura e ou de acesso escolar são indicativos numéricos e ou percentuais que determinam o quão o desempenho educacional é positivo ou negativo na realização das suas actividades escolares num determinado período de tempo em função dos objectivos previamente traçados, por exemplo: Taxa de admissão, a Taxa de escolarização a Taxa de Abandono.

Na abordagem de MEC (2014), os Padrões de Indicadores do SNE, no Ensino Primário compreende três dimensões nomeadamente: Planificação, Administração e Gestão Escolar; Infra-estrutura, Equipamento e Ambiente Escolar e Processo de Ensino Aprendizagem”.

Desta forma, ainda na óptica do MEC (2014) e tendo em conta o problema de pesquisa, vai-se aprofundar mais a Dimensão 1: “*Planificação, Administração e Gestão Escolar*”, por conter o padrão que trata de “*Assegurado o acesso, permanência e sucesso escolar*”, com os seguintes indicadores:

Proporção de crianças matriculadas com seis anos de idade na 1ª classe; Tendência do aproveitamento escolar dos últimos três anos; Proporção de alunos por sexo; Permanência dos alunos, em especial da rapariga; Percentagem de desistência (...) em função do número total (...) no levantamento 3 de Março.

Os indicadores acima descritos são os que influenciam directamente para o acesso escolar condicionado pela gestão e planificação educacional ao nível do SDEJT, porém, existem os outros como Equipamento e Ambiente Escolar e Processo de Ensino Aprendizagem que também podem determinarem para capitação e retenção escolar.

2.1.5.2. Factores que determinam o acesso escolar

De acordo com Da Silva (2014), fala de dois factores macros que mais influenciam e favorecem na aprendizagem dos alunos, que consequentemente possam influenciar no acesso escolar, tais como: Factores escolares e Factores Familiares.

Falar dos Factores escolares, por exemplo (a distância escola casa, o ambiente escolar, as relações alunos professor, as relações entre os alunos, a ligação escola comunidade) e Factores Familiares (as condições sócias económicas dos pais e ou encarregados de educação, e questões étnicos culturais). O mesmo assunto foi desenvolvido por Freire e Bayama (2008, p.9), porém, falando de factores que interferem no abandono escolar nas escolas públicas, tais como:

Estatuto socioeconómico, do desemprego, da idade dos pais, do nível de escolaridade, do estado civil, do tipo de família, interrelacionados com os factores pessoais do aluno, de naturalidade, da série, da reincidência, do trabalho extra-lectivos, coligados com a falta de interacção da família com a escola, todos interferem directamente no percurso escolar dos alunos das escolas públicas (...).

Falar dos factores que interferem no abandono escolar é sem sombra de dúvidas demonstrar o quão existe o comprometimento do acesso escolar, olhando a taxa de abandono como um dos indicadores determinantes do acesso.

2.1.6. Ensino Primário do Primeiro Grau

A educação no nosso País, para melhor assegurar o ensino gradativo, o que facilita o aprendizado evolutivo dos formandos, estabeleceu o ensino estruturado em subsistemas, graus e sistema de ciclos nos ensinos primário e secundário, sendo que no ensino primário, o foco deste estudo, existem dois graus, nomeadamente: Primeiro grau(EP1) e Segundo grau (EP2) com um total de sete classes, 1ª a 5ª e 6ª a 7ª classe respetivamente.

O artigo 12 da Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro, diz que o ensino primário é o nível inicial de escolarização da criança na aquisição de conhecimentos e desenvolvendo aptidões, habilidades manuais, valores e atitudes fundamentais para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, preparando a para o acesso aos subsistemas subsequentes de educação. Segundo esta lei, neste nível, é esperado o aluno estar dotada em convicções que proporcionam ingresso na vida produtiva e compreensão dos factos sociais e económicos do País. Este nível está subdividido em 1º e 2º Grau.

2.1.6.1. Papel e ou atribuições do SDEJT na Gestão e Planificação Educacional

É importante falar do Papel e ou das atribuições do SDEJT na Gestão e Planificação educacional na medida em que se reflectirá destes sobre o seu desempenho tendo em conta as reais responsabilidades como órgão mãe da educação ao nível do Distrito conforme os instrumentos normativos. De acordo com o artígon.º1 do Diploma Ministerial [DM], (2008) que estabelece o Regulamento Orgânico dos SDEJT, este é o órgão do aparelho distrital do estado responsável pela planificação, direcção e coordenação das actividades do sector.

O SDEJT sob direcção do respectivo Director tem como objectivo execução de programas e planos definidos pelos órgãos do estado de escalão superior e do governo distrital e orientação e apoio as unidades económicas e sociais do sector, actuando nas áreas de educação, cultura juventude e desporto e ciência e tecnologia.

Ainda neste DM (2008), o artigo n.º 7 descreve as competências dos SDEJT: Analisar, emitir pareceres sobre a organização e programação da realização das atribuições do serviço distrital; Implementar as decisões dos órgãos centrais do estado; Analisar, emitir pareceres sobre projectos de plano e orçamento das actividades do serviço distrital; Analisar e emitir parecer sobre projectos de relatório, balanços de execução do plano de actividades e orçamento do serviço distrital.

Já no artigo n.º 4 do DM (2008) fala de áreas de actuação do SDEJT e atribuições ou funções específicas que está incumbido para a sua actuação, compreendendo as repartições de: Educação, Cultura Juventude e Desporto e Ciência e Tecnologia, no entanto, tendo em conta a questão de partida para responder o problema em análise, vai se olhar mais para algumas funções do artigo n.º 8, a repartição de educação, com as seguintes funções:

- a) Garantir o bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino de nível primário, (...) no distrito; b) Incentivar a parceria e participação da comunidade, das organizações não-governamentais (ONGs), confissões religiosas, na construção de sala de aulas, latrinas, residências para professores e outras infra-estruturas educacionais; c) Assegurar o acesso e a retenção das crianças em idade escolar (...); d) Garantir a expansão da rede escolar dos diferentes níveis e subsistema do ensino; (...); g) Promover ligação escola comunidade; h) Promover e incentivar a produção escolar principalmente nos lares e centros internatos.*

2.1.6.2 Promoção da ligação Escola Comunidade

Muitos autores falam da promoção da ligação escola comunidade, uns dizem que é responsabilidade que as instituições escolares têm de proverem condições para atracção do envolvimento e da participação activa e efectiva dos pais e ou encarregados de educação e da sociedade ou comunidade na vida escolar dos seus educandos, incluindo parceiros, CE e professores, como intervenientes chave do processo educativo e de ensino e aprendizagem, desenvolvendo cultura de cidadania em acções morais e materiais dos formandos.

De acordo com Gonçalves e Batista (2012, p.1) a relação escola comunidade é:

O dever e responsabilidade de se relacionar com mais intensidade e proximidade com a comunidade circundante (enquanto conjunto de instituições, entidades e recursos do meio local), tanto na identificação e partilha de objectivos e valores comuns, como na mobilização estratégica de recursos para colmatar insuficiências ou potenciar oportunidades oferecidas pelo meio.

É de salientar que a Promoção da ligação escola comunidade na Gestão e Planificação educacional é importante na medida em que contribui no incremento de recursos auxiliados pelas contribuições e participação comunitária, olhando a escola como pilar para o desenvolvimento da vida pessoal dos seus educandos, dos Pais e da sociedade em geral.

Ressaltando as opiniões do Batista (2012, p.46), diz que pensando ainda nos benefícios que a escola poderia obter com informação e recursos vindos “de fora”, (...) é necessário que os professores e a própria escola desenvolvam laços com outras pessoas e outras instituições da comunidade envolvente.

2.1.6.3. Papel e ou atribuições do SDEJT na promoção da ligação escola e comunidade

De acordo com o DM (2008) encontram-se algumas funções dos SDEJT que dão luz a actividade de promoção da ligação escola comunidade tais como:

a) Incentivar a parceria e a participação da comunidade, das organizações não-governamentais (ONGs), confecções religiosas, sector privado, na construção de sala de aulas, latrinas, residências para Professores e outras infra-estruturas educacionais; b) Apoiar o trabalho de entidades que desenvolvem as suas actividades no seu campo de actuação; c) Promover a participação dos órgãos e associações na materialização da política definida para a respectiva área de actuação.

2.1.6.4. Papel e ou Atribuições dos Conselho da escola (CE) na promoção da ligação escola comunidade

O Conselho da Escola é o espaço público onde os pais, a comunidade e os funcionários da escola encontram-se para discutir e tomar decisões de natureza pedagógica e administrativa, é um órgão que funciona como elo de ligação comunidade escola e vice-versa.

O n.º 2 do Artigo 8 do Regulamento Geral do Ensino Básico (REGEB), (p.7), diz que o CE é um órgão de consulta da escola, e no seu n.º 4, diz que tem a função de *“identificar os problemas que requeiram participação comunitária e promover a sua resolução em coordenação com esta e com os pais ou encarregados de educação”*.

O artigo n.º 12 do REGEB (2011, p.10), fala das competências do CE como órgão máximo do estabelecimento de ensino, só para citar algumas:

(...); f) Aprovar e garantir a execução de projectos de atendimento psicopedagógico e material aos alunos, quando seja iniciativa da escola; g) elaborar e garantir a execução de programas especiais visando a integração da família-escola-comunidade; m) apreciar e decidir sobre as reclamações apresentadas pelos alunos, pais e encarregados de educação; p) persuadir os pais/encarregados de educação e comunidade em geral; prestem apoio material e financeiro sempre que necessário;(…)

Com essas convicções, conclui-se que o CE é o representante da escola na comunidade e da comunidade na escola, suposto que com uma boa actuação tem grande papel na promoção da ligação escola comunidade, como comunidade na escola e como escola na comunidade, porém, a Gestão do SDEJT tem grande papel em todo esse processo.

Para MEC (2015, pp. 9-10), o CE tem como objectivos *“garantir uma gestão participativa e transparente da escola e Ajustar as directrizes e metas estabelecidas a nível central e local, à realidade da escola e da comunidade, e orienta-se pelos princípios”*, como por exemplo:

Promoção da unidade e participação da comunidade na melhoria da aprendizagem dos alunos; Promoção da iniciativa criadora dos membros para o desenvolvimento da escola; Promoção da cidadania e dos direitos da criança; Respeito pelos limites e padrões éticos (...); Promoção do acesso e retenção das crianças, (...).

O conselho da escola carrega consigo para escola a família (os pais e ou encarregados de educação, os próprios alunos e a comunidade onde estes estão inseridos) incluindo a escola para comunidade (os professores, o próprio aluno, os planos de desenvolvimento da escola e de acesso escolar). Portanto é indiscutível que este órgão tenha um papel preponderante na promoção da ligação escola comunidade.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

Tratando da pesquisa científica como uma viagem e ou caminhada, foi indispensável o uso de métodos para sua concretização, assim, em geral, neste capítulo foi definido quer seja caminho, quer seja regra, maneira ou modo como se operou para efectivação da pesquisa e obtenção dos respectivos resultados, conforme se descreve:

De acordo com Gil (1999), Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. O método amplia as possibilidades de análise e obtenção de respostas para o problema proposto na pesquisa. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (Marcon & Lakatos 2003), é a projecção dos passos sistematicamente seguidos para efectivação da pesquisa.

3.1. Abordagem e Tipo de pesquisa

3.1.1. Quanto a natureza e ou a finalidade.

Do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa pode ser Básica, objetivando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais, e pode ser aplicada objetivando gerar conhecimento para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, esta envolve verdades e interesses locais (Antunes 2013). Portanto esta pesquisa foi de natureza aplicada. Como sustenta, Silva & Menezes (2001, p. 20), a pesquisa quanto a finalidade pode ser aplicada, objectivando gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

3.1.2. Quanto a abordagem

Olhando na perspectiva da Educação, esta pesquisa foi de abordagem qualitativa na medida em que analisou “ *uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito*” (Silva & Menezes 2001, p. 20), ou seja buscou a compreensão dos problemas sociais, relato dos pontos de vista individuais e foi conduzida num ambiente e contexto natural.

A pesquisa pouco se preocupou com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, da organização escolar. Para Gerhardt & Silveira, (2009) a pesquisa qualitativa é geralmente usada em pesquisas na área das ciências sociais, não se preocupa com a quantificação dos valores, faz explicação do porque das coisas.

Porém, esta apresenta alguns traços quantitativos na apresentação de dados colhidos por meio de entrevista, questionário e análise documental, por conseguinte, é quali-quantitativa. Na pesquisa qualitativa, Antunes (2013) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

3.1.3. Quanto aos objectivos

Quanto aos objectivos esta pesquisa foi descritiva exploratória. Gil (1999), diz que a pesquisa descritiva tem como objectivo a descrição das características de determinada população ou fenómeno. Como Gil, sustenta Forte (2008), dizendo que nas pesquisas exploratórias e descritivas predominam os métodos qualitativos e/ou quantitativos, sendo que as pesquisas descritivas determinam quando, quanto, onde e como um fenómeno ocorre e aceitam hipóteses.

Já para Antunes (2013) a pesquisa Descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados e pesquisa Exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Sendo que assim, foi confiável fazer a descrição comparativa do que aconteceu em realidade ao que devia acontecer no SDEJT de Massinga no período em análise.

3.2. População, Amostragem e Amostra em estudo e suas características.

3.2.1. População em estudo

População é um conjunto formado por indivíduos, seres animados e inanimados, ou elementos que apresentam pelo menos uma característica em comum que queremos abranger em nosso estudo e para os quais desejamos as conclusões da pesquisa (Markoni & Lakatos, 2003).

População é formada pelo conjunto de indivíduos (ou elementos) que queremos abranger em nosso estudo e para os quais desejamos que as conclusões da pesquisa.

Os indivíduos da população têm pelo menos uma característica em comum. Para Gil (2008), população é um conjunto definido de elementos que pretendemos fazer o estudo com pelo menos uma característica em comum.

A população deste estudo foi de 48 funcionários do corpo técnico do SDEJTM com destaque para: Director do SDEJT, chefes das repartições, Directores ou presidentes ou representantes de alguns Conselhos de Escolas e todos outros funcionários, que por inerência de funções foram elegíveis e convenientemente disponíveis no momento da pesquisa, olhando obviamente todos os critérios de elegibilidade, como o tempo mínimo de serviço e de experiencia na actividade que faz de 5 anos.

3.2.2. Amostragem

Amostragem é processo de escolha de uma parte representativa possível do todo em que a partir dos resultados obtidos dessa parte se pode inferir o mais legitimamente possível os resultados da população total, diz (Markoni & Lakatos 2003).

Amostragem é o processo e método científico para a obtenção de uma amostra, podendo ser amostragem probabilística e amostragem não probabilística, este estudo foi seguida uma amostragem não probabilística por conveniência, observando os critérios de elegibilidade, como: tempo de serviço mínimo de 5 anos na área de gestão ou a fim no SDEJTM, ou como Director da Escola, presidente do CE e ou representante do CE.

3.2.3. Amostra

Amostra é uma parte representativa da população em estudo com características importantes assegurando a validade das conclusões do estudo. Markoni e Lakatos (2003), amostra é uma parcela ou seja porção convenientemente seleccionada do universo ou da população. Para Gil (2008, p. 90) “*Amostra, Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população*”.

A determinação da amostra teve uma representatividade por conveniência, dado que foi alvo um grupo restrito de funcionários do SDEJT de Massinga afectos aos sectores chave e influentes no processo de gestão e planificação educacional que tinham no mínimo de 5 anos de experiência na actividade que fazem, incluindo alguns Directores das escolas, Presidentes ou Representantes de alguns Conselhos de Escolas com enfoque as que tiveram a percentagem de admissão inferior a 70% na primeira classe e outros prováveis factores como ausências no momento do estudo. Portanto a amostra conseguida e convenientemente disponível no acto de pesquisa foi de 16 elementos e que observaram critério de elegibilidade previamente traçados.

3.2.3.1. Caracterização da amostra

Para a caracterização da amostra usou se as variáveis: sexo, faixa etária, curso, tempo de serviço e de experiência na actividade que faz, habilitações literárias ou profissionais e ou especialidade e cargo de direcção e chefia e confiança ou não.

3.2.3.2. Características sociodemográficas e profissionais da amostra

Tabela 1: Ilustração dos participantes por idade, sexo, e experiência de serviço

Sexo		Idade (anos)						Tempo no Sector em exercício (anos)					Tempo de Experiência na actividade que faz (anos)			
M	F	-25	25-35	35-45	45-55	55+	5	5-10	10-15	15-20	20+	5-10	10-15	15-20	20+	
11	5															
Total		0	9	2	5	0	0	8	2	4	2	8	4	2	2	
16																

Fonte: Adaptado do Guião de Questionário e entrevista elaborados pelo Autor.

Como se pode depreender no Quadro 1, dos 16 pesquisados, 11 foram do sexo masculino e os restantes (5) foram do sexo feminino; verifica-se também que maior número de profissionais estão na faixa etária dos 25-35 anos de idade,

Nota se ainda que as faixas etárias dos 5-10 e 15-20 representaram o tempo de serviço mais predominante da amostra e os anos dos 5-10 e 10-15 marcaram o tempo de experiência mais frequente na actividade que cada participantes faz.

Portanto, pode se considerar que o SDEJTM tem quadro de pessoal com “*maturidade-bio - cognitiva*” e profissional capaz de desempenharem activamente na actividade de gestão e planificação educacional considerando todos factores que têm impacto para o acesso escolar.

Tabela 2: Ilustração dos participantes por profissão, nível e cargo

Profissão			Cargo					Nível				
Total	TécnicoEstatística	Gestor / Planificador Educacional	Outro	Director dos SDJT	Chefe de RH	Chefe de Planificação	Pres./Repres. do CE/Dr. Escola	Outro	Superior	Medio	Especialista/Mestre	Outro
		1	6	9	1	1	1	5	8	5	2	1

Fonte: Adaptado do Guião de Questionário e entrevista elaborados pelo Autor.

Já na Tabela 2”, **quanto a profissão**, pode se notar que dos 16 pesquisados, apenas 7 revelaram a formação Técnico Profissional na área da educação, 9 abstiveram-se; **quanto ao cargo** 8 não revelaram os cargos, 5 presidentes e ou representantes de CE, 1 Director do SDEJTM, 1 chefe de RH e 1 Chefe de Planificação e estatística; e **quanto ao nível académico** cinco identificaram-se com nível superior e dois com nível médio, 1 Especialista/Mestre, porém, 8 abstiveram-se nestes dados, mesmo assim, pode se considerar que o SDEJT de Massinga detém de corpo administrativo profissionalmente e academicamente preparado para assegurar uma gestão e planificação educacional no EP1 considerados todos factores que tem impacto no acesso escolar.

3.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

A fase de recolha de dados foi antecedida por selecção das técnicas de recolha de dados (entrevista, questionário e análise bibliográfica documental) e elaboração de instrumentos de recolha de dados (guião de entrevista, guião de questionário autoadministrado e guião de orientação de análise bibliográfica documental), por serem técnicas e instrumentos que melhor se adequam com o tipo de abordagem do problema em análise e são de fácil domínio do pesquisador e dado que, só foi com estas metodologias que facilitar-se-ia a colheita de informação necessária para o tipo de pesquisa que se pretendeu desenvolver no grupo alvo.

3.4.1. Entrevista

Sendo o termo entrevista a partir de duas palavras entre e vista ou ato de ver, ter preocupação com alguma relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas ou perceber realizado entre duas pessoas como adverte Richardson et al., (2007) apud Zanella (2013). A entrevista é uma forma de interacção social, com o propósito de obter informações acerca do que as pessoas sabem, sentem, esperam ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (Gil 1999).

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto (Marconi & Lakatos, 2003). É a técnica mais utilizada nas pesquisas qualitativas. Minayo (1996) como, citado em Zanella (2013), mediante essa técnica podem ser obtidos dados de natureza quantitativa (censos, estatísticas etc.) e qualitativa (opiniões, atitudes e significados). E olhando o tipo de pesquisa quali-quantitativa e ou mista que se objectivou fazer em relação ao acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau foi considerada sobre todos efeitos positivamente aplicável.

Esta técnica foi usada para entrevistar o Director do SDEJT de Massinga e alguns chefes de repartições que convenientemente estiveram disponíveis na modalidade presencial e telefônica tendo em conta o contexto da COVID-19 e os Decretos presidenciais de contenção da propagação da Pandemia (distanciamento físico e social), porém, condicionou-se da disponibilidade de meios por parte dos participantes.

3.4.2. Análise bibliográfica documental

A análise bibliográfica documental é considerada uma técnica ou instrumento que procura identificar informações factuais nos documentos a partir de questões de interesse. Godoy (1995) refere que a análise documental pode-se utilizar: Quando o acesso aos dados é problemático; Quando se pretende ratificar informações; Quando interessa investigar a expressão do sujeito.

A análise documental é uma técnica utilizada tanto em pesquisa quantitativa como qualitativa envolvendo a investigação em documentos internos da organização ou externos ou governamentais ou não-governamentais ou instituições de pesquisa, apresentando como vantagem a disponibilidade e o baixo custo de utilização (Zanella, 2013).

Para este estudo foram analisados documentos oficiais do SDEJT de Massinga (o PES e relatórios anuais de 2017 a 2020), documentos oficiais do MENEDH (o PEE 2016 a 2019/20) e documentos oficiais do INE (mapas de projeções da população por idade específica), respetivamente. Para Godoy (1995), esta técnica tem como vantagens: constituir uma fonte estável e rica, que servirá para complementar as informações e indicar problemas.

3.4.3. Questionário

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas descritivas perfis, de comportamento social, económico e pessoal, e opinião e avaliação de alguma condição ou circunstância permitindo atingir um número grande de pessoas, da mesma forma numa área geográfica ampla, garante anonimato das respostas a liberdade do respondente em expor sua opinião dentro da sua disponibilidade de tempo e é igual para todos os respondentes (Zanella, 2013). O questionário é a técnica de recolha de dados quando estes só podem ser obtidos por meio de relato verbal ou respostas dadas pelos participantes da pesquisa as perguntas feitas pelo pesquisador e é antecedido dum projecto (Vieira & Hossne 2001).

Questionário é a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, comportamento presente ou passado, etc. (Gil 2008).

Esta técnica foi usada para inquirir alguns funcionários do SDEJT de Massinga e alguns Directores de Escolas e presidentes ou representantes de alguns CE convenientemente disponíveis e tendo em conta o contexto da COVID-19 e o Decretos ministerial de contenção da propagação da pandemia através de distanciamento físico e social, como também respeitado a disponibilidade de meios por parte dos participantes.

3.5. Procedimentos de recolha de dados

Foram respeitados todos os aspectos éticos da pesquisa científica, que iniciou com o pedido de autorização para o estudo mediante a apresentação da credencial, os instrumentos de colheita de dados não tiveram a variável nome do participante foram designados por códigos como

entrevistado (EA,EB,EC,ED, EE); e Questionado (Q1, Q2, Q3, Q4 Q5, Q6, Q7, Q8, Q9 e Q10, Q11) e sem manipulação, portanto tudo foi em anonimato.

3.6. Procedimentos e Técnicas de Análise e tratamento de dados e informações

Para facilitar a interpretação e análise dos dados já colhidos no terreno nesta pesquisa, usou-se a categorização apresentados em Base de dados da EXCEL, Quadros, Tabelas e gráficos para demonstração condensada dos resultados da pesquisa. Vale lembrar que em investigações obtém-se um conjunto de dados (resultados), fruto da realização das actividades para responder o problema em estudo olhando para objectivos previamente traçados do tema.

Os resultados de uma pesquisa são apresentados de acordo com a sua análise, incorporando no texto, tabelas, gráficos, quadros e outras ilustrações estritamente necessárias para a compreensão do desenrolar do raciocínio (Lakatos & Marconi 2001).

Assim, a interpretação dos dados desta foi usado o pacote informático Excel e Word com vista a organizar, resumir e apresentar os dados de tal forma que fossem interpretados de acordo com os objectivos da pesquisa, assim como na elaboração das figuras e tabelas de frequência e gráficos para a interpretação e discussão dos resultados da pesquisa.

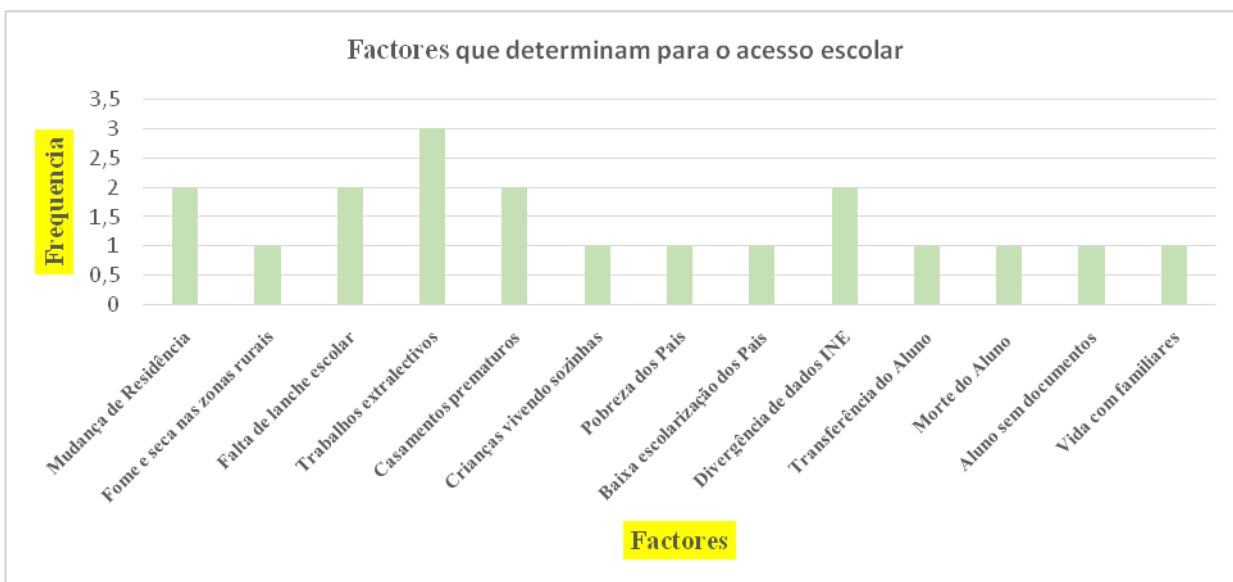
CAPITULO – 4 APRESENTAÇÃO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico, são descritos todos os dados de almeçados resultados da pesquisa empírica obtidos no local da pesquisa. Os dados são analisados através de tabelas e gráficos, como se referiu no ponto 3.6 do desenho metodológico.

4.1. Factores que determinam o acesso escolar no EP1 no Distrito de Massinga

Para a informação sobre os factores que determinaram o acesso escolar foram usadas as questões tais como: Quais os factores que determina o acesso escolar no EP1 no Distrito de Massinga, colocada através Questionário como a primeira, a segunda; Que estratégias o SDEJT de Massinga usou para assegurar o acesso escolar no período de 2017 a 2022, colocadas através de entrevista.

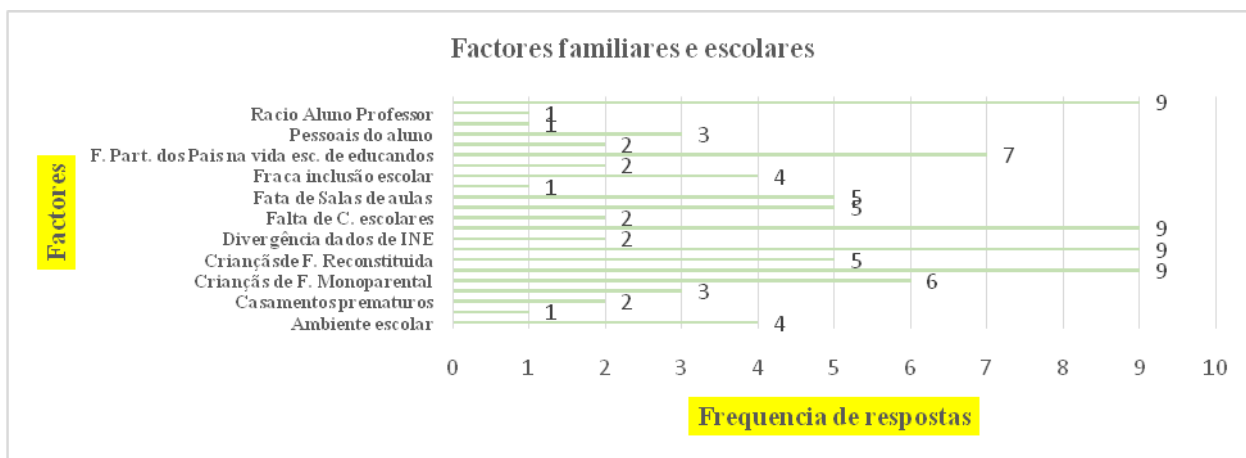
Gráfico 1: Ilustração de Factores que determinam para o acesso escolar no EP1



Fonte: Adaptado do Guião de entrevista elaborado pelo Autor.

Conforme pode se notar no gráfico (1), sobre a questão “ (Que Factores que determinaram o acesso escolar no EP1) ”, destacam-se os “Trabalhos extra-lectivos, a Falta de lanche escolar, a Mudança de residência do aluno, casamentos prematuros, divergência de dados locais com os de INE” como os factores que mais influenciam para o acesso escolar no Distrito de Massinga, porém, existem outros menos destacados e não menos importantes. Portanto pode se considerar que no período de 2017-2020, estes factores determinaram para o acesso escolar no EP1 no Distrito de Massinga.

Gráfico 2: Factores familiares e escolares que determinaram o acesso escolar no EP1



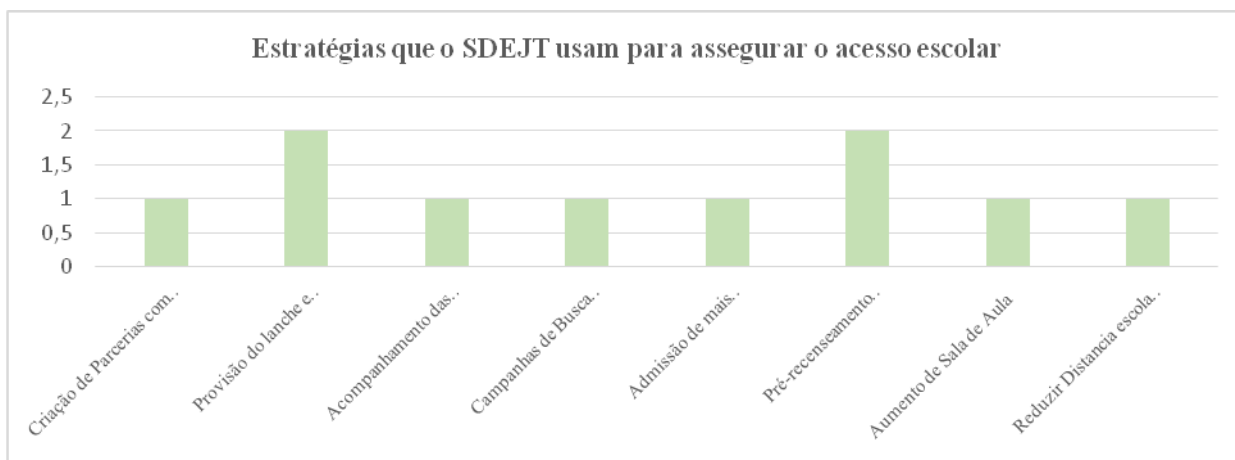
Fonte: Resumos de dados adaptados do Questionário elaborados por Autor.

Ainda sobre a questão 1 “(factores que determinam o acesso escolar)” abordando na perspectiva do Da Silva (2014), factores familiares e factores escolares, pode se notar no Gráfico 2 que: os “Trabalhos extra-lectivos, Falta de lanche escolar, crianças vivendo com pais ausentes, Fraca participação dos pais na vida escolar dos seus educandos, crianças vivendo em famílias monoparental”, se destacam entre vários factores, dos quais, a penas um, é o escolar - a distância casa escola.

Entre os entrevistados e questionados houve unanimidade em referirem que: “os Trabalhos extra-lectivos e a Falta de lanche escolar” foram os que mais determinaram para o acesso escolar no EP1 de 2017 a 2020 no Distrito, como ilustram os gráficos 1 e 2, Portanto, pode se considerar que os potenciais factores que determinam para o acesso escolar no EP1 no Distrito de Massinga de 2017 a 2020 foram familiares – “os Trabalhos extra-lectivos e a Falta de lanche escolar”.

Porém, o Distrito tem em alerta aos outros factores mesmo que divergentes e ou menos destacados por pesquisados. Estes factores têm relação com a literatura consultada conforme descritos no capítulo de revisão de literatura na óptica do Da Silva (2014), porém, existem outros característicos da realidade encontrada no terreno.

Gráfico 3: Estratégia que o SDEJT usa para assegurar o acesso escolar



Fonte: Adaptado do Guião de entrevista elaborado pelo Autor.

O Gráfico 3, sobre (Que Estratégia são usadas pelos SDEJT para assegurar o acesso escolar), destacou-se “a provisão do lanche escolar e do Material escolar e o Pré-recenseamento comunitários de crianças em idade escolar”, como estratégias que o SDEJT usa para assegurar o acesso escolar, porém, ainda existem outras estratégias mesmo que não destacados, e não menos importantes como: “o acompanhamento e Monitoria presencial das actividades das estruturas de base (as escola, CE, lideranças comunitárias e religiosas); a realização de campanhas de busca activa na comunidade as crianças desistentes através das ONG's; Admissão de mais Professores; Revitalização dos CE, Previsão dos recursos e meios escolares, Previsão dos efectivos escolares”.

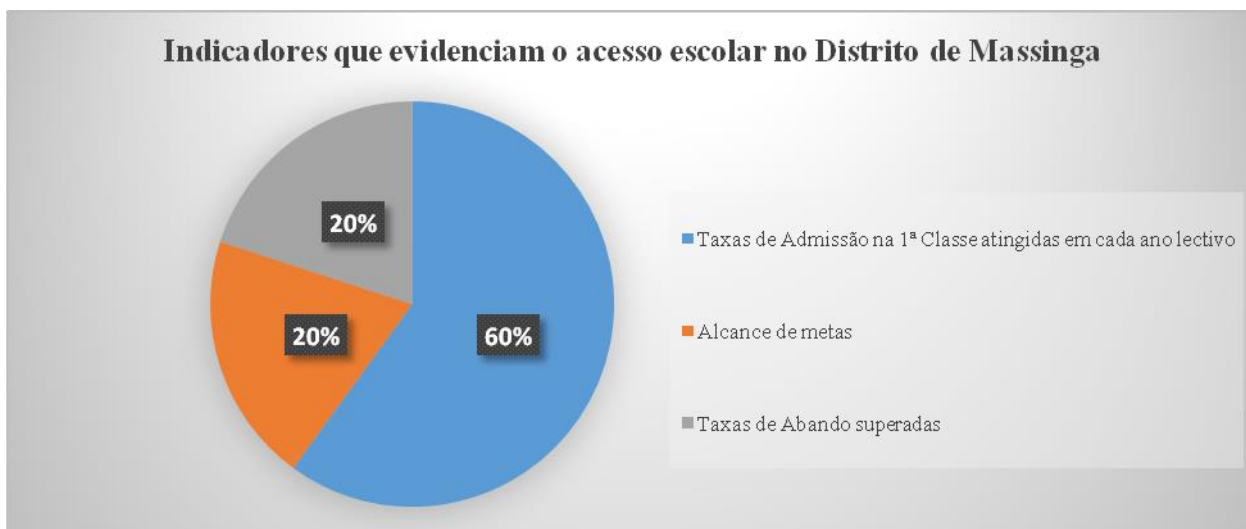
Portanto, conforme dados dos participantes, pode se considerar que “a provisão lanche escolar, do Material escolar e o Pré-recenseamento comunitários de crianças em idade escolar”, são as potenciais estratégias usadas pelo SDEJTM para contornar os factores que tem impacto no acesso e ou cobertura escolar no âmbito da implementação da gestão e planificação educacional para o acesso escolar no EP1ao nível do Distrito.

4.2. O grau de cumprimento dos indicadores de acesso escolar no ensino primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga

A informação para grau de cumprimento dos indicadores de acesso escolar foi conseguida através da seguinte questão:

Que indicadores evidenciaram o acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga no período de 2017-2020, questão esta colocada por meio de entrevista e por análise de documentos, conforme referenciado no desenho metodológico, vide o gráfico e as tabelas a seguir:

Gráfico 4: Indicadores que evidenciam o acesso escolar no Distrito de Massinga



Fonte: Adaptado do Guião de entrevista elaborado pelo Autor.

Nesta questão, sobre (Que indicadores evidenciaram o acesso escolar no Distrito), pode se notar no gráfico 4 que destacou-se “A superação das Taxas de Admissão Bruta na 1ª Classe em todos anos” como potencial indicador que mais determina para o acesso escolar no EP1 no Distrito de Massinga, contudo, fez se também a análise documental ainda nesta questão, como o plano económico-social e os relatórios anuais de execução do Distrito no período de 2017 a 2020, conforme ilustram as tabelas descritas a seguir:

Tabela 3: Projecções de Efectivos escolares, turmas e professores 2017 a 2020

Anos (2020-2021)	EP1				Professores		
	2017-2020				Exist. - 2017-20		
	Planificado		Realidade		H	M	HM
	HM	Turmas	HM	Turmas			
Total	176493	3925	170161	4009	1354	2189	3442

Fonte: Resumos e Relatórios anuais de cumprimentos de PES no SDEJTM (20-17 a 2020).

Conforme pode se notar na Tabela 7, sobre (o grau do cumprimento do PES de 2017-2020, no Distrito), relativamente a Efectivos escolares, Turmas e Professores, o Distrito, não conseguiu a escolarização conforme previsto e ou em 100%. Contudo, o Distrito tem um rácio aluno professor de 49 Alunos por Professor, e um rácio aluno Turma de 43 alunos por turma. Portanto, pode se considerar que tem um grau de cumprimento de indicadores de acesso escolar positivo.

Tabela 4: Evidências de número de escolas, salas, turmas e sua utilização por alunos

Salas Existentes 2017-2020			TurmasArLivre	TurmasMistas	2017-2020		
					EPC	Crianças sentadas nos bancos	Crianças sentadas no chão
Covencionais	Mistas	Total					
616	2268	2884	122	13	538	28.264	11.872

Fonte: Resumos e Relatórios anuais de cumprimentos de PES do SDEJTM (20-17 a 2020).

Na Tabela 4, verifica-se que neste período, no Distrito 6.98% dos 170161 alunos HM matriculados correspondentes a 11872 estudavam sentados no chão; 16.61% correspondentes a 28264 estudavam sentados em bancos improvisados (défice em 40136 carteiras escolares). Em relação as salas de aulas, das 2884, apenas 21.35% (616) são salas convencionais e 78,64% (2268) salas eram de material misto e o SDEJTM tinha 122 turmas leccionadas ao ar livre. Portanto os factores “a falta de Salas de aulas e de carteiras escolares” em algumas turmas no SDEJTM, podem ter relação com o não alcance das metas e baixa retenção escolar no período de 2017 a 2020, ou desistências em 2.7% como se discrimina neste gráfico e no gráfico 5.

Tabela 5: Situação Rácio aluno Professor, aluno Turma e retenção escolar

Ano	RácioAluno Prof.	RácioAluno Turma	Distribuição do Livro escolar		NEE.	Admissão 1 Classe de 2017-2020		Abandono HM de 2017-2020
			N. Livro	Beneficiários		Meta	Alcançado	
Total/ Media	45	42	166318	116390	337	34710	43198	4597

Fonte: Resumos e Relatórios anuais de cumprimentos de PES do SDEJTM (20-17 a 2020).

A Tabela (5), sobre (Situação Rácio aluno Professor, aluno Turma e retenção escolar), buscou-se compreender o Grau do cumprimento do PES no Distrito no período em análise, e quanto a este ponto, o SDEJTM conseguiu superar a meta em cerca de 124% das 43198 crianças HM planejadas. Ainda neste período, houve a distribuição de cerca de 166318 livros escolares para 116390 alunos, e olhando para a meta atingida de 170163 alunos, significando que alguns alunos estudavam sem livros escolar, e cerca de 4597 alunos, correspondendo a 2.7% não chegaram ao fim do ano e ou desistiram. Portanto pode se considerar que “a disponibilidade de salas de aulas e material escolar” podem ter influenciado para o acesso escolar.

4.3. A relação entre o acesso escolar no EP1 e a promoção da ligação escola comunidade na Gestão e Planificação educacional no Distrito de Massinga

Para este ponto, buscou-se entender a relação existente entre o acesso escolar neste subsistema de ensino e os papéis assumidos por diversos gestores escolares ao nível do SDEJTM e de algumas escolas do Distrito, a destacar: *o Papel do SDEJT na planificação para o acesso e retenção escolar; o Papel do SDEJT na promoção da ligação escola comunidade; e o Papel do CE na promoção da ligação escola comunidade.* Portanto para efectivação da necessidade de compreensão destes papéis, tem a seguir tabelas ilustrativas de diversas opiniões dos participantes conforme se discriminam:

Tabela 6: Descrição de Papel dos SDEJTM na promoção do acesso e retenção escolar no EP1

Papel do SDEJT de Massinga	Fr.
<i>Apoio às crianças desfavorecidas</i>	2
Provisão do Lanche Escolar	1
<i>Pré-recenseamento comunitário das crianças em idade escolar</i>	2
<i>Sensibilização/Mobilização da comunidade na construção de salas de aulas</i>	2
<i>Registo Massivo de crianças sem documentos pessoais</i>	2
Reeducação do Raio escolar até menos de 7 Km	1
Total	10

Fonte: Adaptado do Guião de Entrevista elaborado pelo Autor.

Olhando para tabela 06 sobre “ (*Qual é o Papel do SDEJT na promoção do acesso escolar*) ” vê-se que a maioria dos entrevistados considerou “*o apoio as crianças desfavorecidas; Pré-recenseamento comunitários as crianças em idade escolar ou que não tenham matriculado na idade ideal; a Provisão do Material escolar; a sensibilização/ Mobilização da comunidade*

através de lideranças locais e CE na construção de infra-estruturas escolares; o Registo massivo das crianças sem documentos pessoais; o aumento de salas de aulas” como potenciais papéis do SDEJTM na promoção para o acesso e retenção escolar como implementador da gestão e da planificação educacional para o acesso e retenção escolar no Distrito. Esta informação é feita menção na revisão literatura, e conforme o DM (2008) do estatuto orgânico do SDEJT.

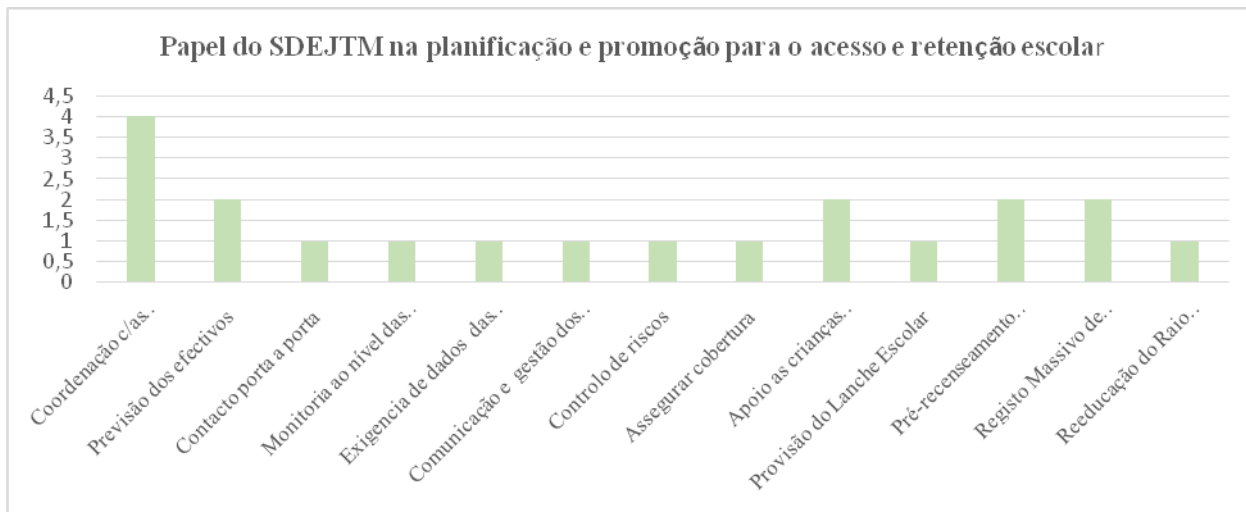
Tabela 7: Papel do SDEJTM na planificação para o acesso e retenção escolar no EPI

Papel do SDEJT de Massinga	Fr.
Coordenação c/as escolas, CE, lideranças comunitárias e religiosas na constr. de infra-estruturas escolares	4
Previsão dos efectivos escolares	2
Contacto porta-a-porta	1
Monitoria ao nível das estruturas de base	1
Exigência e recolha de dados ao nível das crianças nas escolas	1
Comunicação consistente com a comunidade na gestão dos fundos do ADE	1
Controlo de riscos	1
Assegurar cobertura	1
Total	12

Fonte: Adaptado do Guião de entrevista elaborado pelo Autor.

Na Tabela 07- em relação ao papel do SDEJTM na planificação para o acesso escolar, verifica-se que apesar das assimetrias linguísticas, tem a mesma abordagem ao revelarem que na planificação para o acesso escolar é necessário uma coordenação com CE, as lideranças comunitárias e religiosas no contacto porta a porta para busca de informações relativas a crianças com necessidades de escolarização e a previsão de efectivos, devem ser potenciais papéis do SDEJTM na implementação da gestão e a planificação educacional para o acesso e retenção escolar no Distrito. Esta informação é feita menção na revisão de literatura, e conforme o estatuto orgânico do SDEJT, DM (2008).

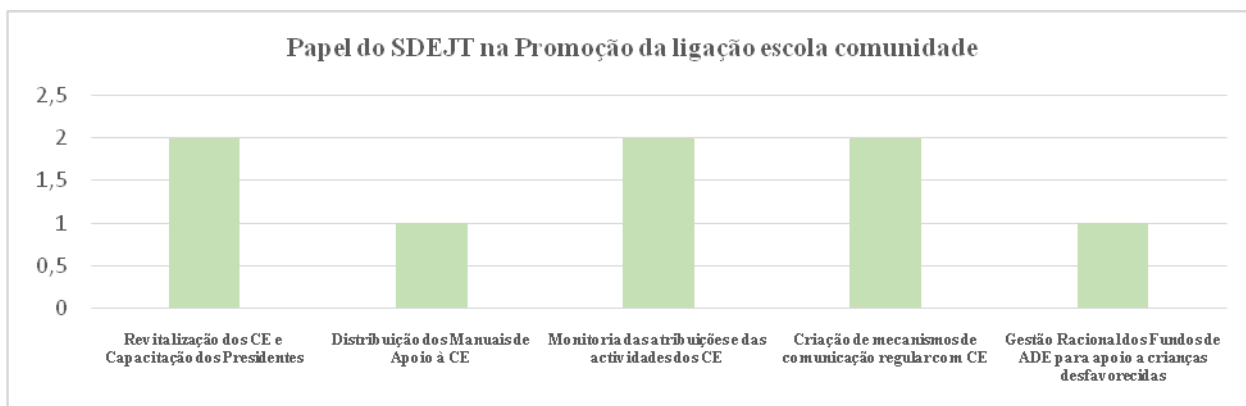
Gráfico 5: Papel do SDEJTM na planificação e promoção para o acesso e retenção escolar no EP1



Fonte: Adaptado do Guião de entrevista elaborado pelo Autor.

Os papéis: “*Coordenação com CE; as lideranças comunitárias e religiosas no contacto porta a porta para busca de informações relativas a crianças com necessidades de escolarização*”; *como a previsão de efectivos escolares; Apoio as crianças desfavorecidas; Sensibilização/Mobilização da comunidade na construção de salas de aulas; Registo Massivo de crianças sem documentos pessoais*; na planificação e promoção para o acesso escolar, conforme as tabelas 06, 07 e o gráfico 5, são os mais destacados para o SDEJTM como implementador de gestão e planificação educacional para o acesso escolar no Distrito. Estes papéis têm relação com informação feita menção na revisão de literatura, e conforme o estatuto orgânico do SDEJT vigente.

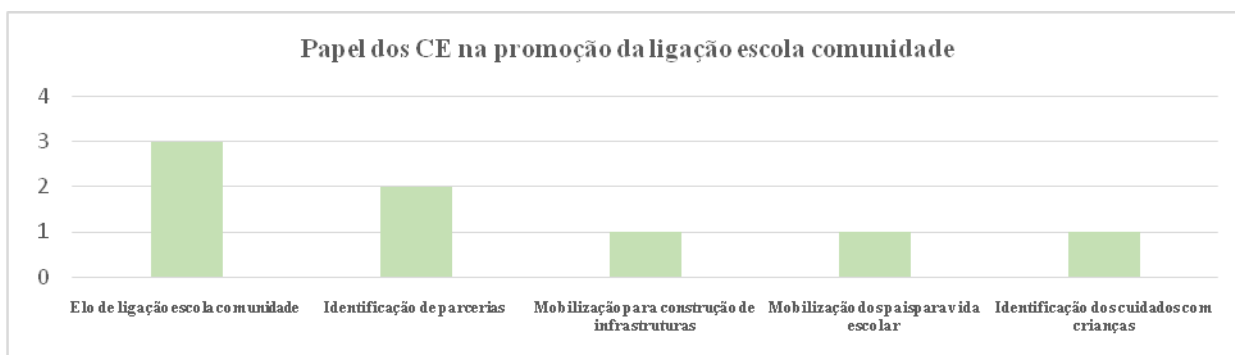
Gráfico 6: Papel do SDEJT na promoção da ligação escola comunidade



Fonte: Adaptado do Guião de entrevista elaborado pelo Autor.

Conforme o gráfico 6, para a questão sobre (Qual é o Papel do SDEJT na promoção da ligação escola comunidade), “a Revitalização dos CE e capacitação dos repetitivos Presidentes; Monitoria das atribuições e das actividades dos CE e a criação de mecanismos de comunicação regular com CE” são direccionados papéis do SDEJT na promoção da ligação escola comunidade, porém, tem outros não menos importantes como: a distribuição dos Manuais de Apoio à CE e a Gestão racional dos fundos do ADE para apoio as crianças desfavorecidas.

Gráfico 7: Papel dos CE na promoção da ligação escola comunidade



Fonte: Adaptado do Guião de entrevista elaborado pelo Autor.

Já sobre a questão (Qual é o Papel da CE na promoção da ligação escola comunidade), conforme o gráfico 7, destaca-se o “Elo de ligação escola comunidade e comunidade escola e a identificação de parcerias” como papéis dos CE, contudo existe outros menos destacado e não menos importante como: a mobilização da comunidade na construção de infra-estruturas escolares e na participação na vida escolar dos seus educandos e na identificação dos cuidados com crianças.

Os papéis anteriormente descritos tem relação com informação feita menção na revisão de literatura e conforme o estatuto orgânico do SDEJT, DM (2008), portanto, pode se considerar que “o SDEJTM implanta uma gestão e planificação educacional para o acesso escolar no EPI olhando e seguindo os instrumentos normativos e experiencias próprias para superar todos factores que impactuam para o acesso escolar e ou tem uma gestão orientada para os resultados”.

CAPITULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

Quando iniciou-se com o trabalho de pesquisa constatou-se que havia uma dificuldade de conhecimento e compreensão da área de trabalho da gestão educacional ao nível do SDEJT de Massinga sobre os processos de Gestão e planificação para o Acesso escolar no EP1 ao nível do Distrito, onde viu-se que era importante estudar sobre *“Análise da Gestão e Planificação Educacional para o acesso escolar no Ensino Primário do Primeiro Grau no Distrito de Massinga no período de 2017 a 2020”*.

Diante disso a pesquisa tinha como objectivo Geral: *Analisar como é que o Serviço Distrital da Educação Juventude e Tecnologia implementa uma Gestão e Planificação Educacional que considera todos os factores que têm impacto no Acesso escolar neste Distrito*. Por tanto constatou-se que o objectivo geral foi alcançado porque efectivamente o trabalho conseguiu trazer dados que demostram um trabalho com reflexão aos instrumentos vigentes de gestão educacional e planificação educacional implementado por este serviço olhando todos factores que impactuam no acesso escolar para o EP1 no período em análise.

E para a operacionalização do objectivo Geral foram delineados os objectivos específicos, em que o objectivo específico inicial era: Identificar os factores que determinam o acesso escolar no EP1 no Distrito de Massinga. Este objectivo foi atendido por que de dados dos entrevistados, questionados e da análise documental, segundo participantes conseguiu-se constatar que: *Os trabalhos Extra-lectivos e a Falta de lanche Escolar*, são os factores que mais determinaram para o acesso escolar no EP1 para o Distrito no período em análise, contudo, o SDEJTM nas suas acções de planificação e gestão, *provia lanche e Material escolar e o Pré-recenseamento comunitários de crianças em idade escolar*, como potenciais estratégias para contornar a situação. Existem outros menos destacados pelos participantes, mas não menos importantes conforme a tabela 5 e o gráfico 3 da presente pesquisa, que merecem atenção para o dia adia da gestão e planificação para o acesso escolar no Distrito.

O segundo objectivo específico era de descrever o grau de cumprimento dos indicadores de acesso escolar no primeiro Ciclo do Ensino Primário no Distrito de Massinga, e isso foi atendido porque de acordo com os dados dos participantes conseguiu-se compreender que *as Taxas de Admissão na 1ª Classe atingidas em cada ano lectivo* é considerado como o potencial indicador para o acesso escolar no EP1 no Distrito, conforme a tabela 6 e o gráfico 4, como também, analisou se o PES e Relatórios de exercícios findos referentes aos anos de 2017 a 2020 e constatou-se que o Distrito teve neste período a taxa de admissão na 1ª classe 124.45%; a taxa de escolarização de 96.4% em relação a planificação com base nas projecções loca. E a escolarização de 113.44% em relação as projecções do INE, como taxa de escolarização bruta da 1ª a 5ª Classe.

E o terceiro objectivo específico era de relacionar o acesso escolar no primeiro Ciclo do Ensino Primário e o Grau de Promoção da Ligação escola comunidade na Gestão e Planificação educacional no Distrito de Massinga, e isso foi atendido na medida em que pode se compreender que o SDEJTM teve como potências estratégias de Promoção da ligação escola comunidade: *a Revitalização dos CE e Capacitação dos repetitivos Presidentes; Monitoria das atribuições e das actividades dos CE; Gestão Racional dos Fundos de ADE para apoio a crianças desfavorecidas.* Não só como também os CE tem como papel: *“Elo de ligação escola comunidade e comunidade escola”* conforme as tabelas (6 & 7) e gráficos (5,6,7) da presente pesquisa.

E, o problema da pesquisa: *“Qual é a relação da Gestão e Planificação Educacional com os factores que impactuam para a garantia do acesso escolar no EP1 no Distrito de Massinga?”* foi respondido na medida em que de acordo com os dados obtidos dos participantes conseguiu se compreender que o SDEJTM no processo da sua gestão e planificação para o acesso escolar no EP1 é potencial no aperfeiçoamento do Regulamento do ensino básico e Estatuto Orgânico do SDEJT, conforme o Decreto Ministerial 2008 sempre usando estratégias locais para assegurar o acesso escolar no EP1, contornando assim: *os trabalhos Extra-lectivos e a Falta de lanche Escolar*, considerando como factores familiares e escolares, que podem ter contribuído para o não alcance em 3.6% das metas previstas e nas desistências em 2.7%, impactando assim no acesso escolar no período em análise, portanto há uma relação de complementaridade no tangente a gestão e planificação educacional no Distrito.

5.2. Limitações do trabalho

Diante da Metodologia proposta percebe-se que o trabalho poderia ter sido realizado com uma pesquisa mais ampla na bibliografia para analisar os aspectos como a taxa de escolarização líquida, crescimento absoluto dos efectivos, taxa de abandonado, taxa de eficácia interna e por idade específica, bem como por sexo, que não foram usados, assim como teria sido feita uma colheita de dados com o número máximo possível de participantes incluindo alguns alunos, já que este trabalho por conveniência associado a limitação de contexto da COVID-19 e de recursos financeiros, só foi possível analisar uma população pequena de 48 elementos com 16 de amostra.

5.2.1. Recomendação para futuros pesquisadores

Olhando para as limitações que foram descritas, orienta-se os próximos pesquisadores que possam focar em taxas de escolarização líquida e por idade específica e indicadores de eficácia interna, incluindo algumas escolas e alunos. Como também a análise das questões sobre Trabalhos extra lectivos e lanche escolar que influenciam para o acesso escolar, assim como de que maneira os SDEJT geram a situação de Pré-recenseamento, contacto porta a porta para assegurar o acesso escolar na planificação e busca das crianças que abandonaram.

5.2. 2 Recomendação para o SDEJT de Massinga

Segundo os resultados obtidos da pesquisa deixam-se para o SDEJTM as seguintes recomendações, que:

- Continuem com o bom desempenho quanto a garantia para o acesso escolar no EP1 em todo Distrito reforçando e transmitindo de geração em geração as potenciais estratégias usadas, tanto localmente quanto em outras instituições do SNE e ou de áreas afim, porém, olhando a dinâmica socioeconómica e tecnológica das sociedades emergentes;
- Há necessidade extrema de redobrar esforço em estratégias para assegurar a promoção de acesso e retenção escolar, com enfoque para as escolas Rurais onde verificou-se situações de escolas com as realizações abaixo de 70%, como também, a atenção aos factores trabalhos extra lectivos e lanche escolar que tem influenciado para o acesso escolar embora em pequena dimensão, mas seria solução sustentável, influenciar mais os CE, as lideranças comunitárias e religiosas conforme referenciado pelos participantes e outras

vias que localmente sejam dinamizadas para apoiar na promoção para o acesso e retenção escolar, assegurando que seja minimizado o assunto de abandono escolar, de aulas ao ar livre e de crianças que estudam sentadas no chão.

- Reforçar estratégias usadas e accionar mecanismos de troca de experiencias em outras instituições do SNE transmitir e receber praticas mais sustentáveis olhando e considerando os factores que possam influenciar para o acesso escolar no EPI, com atenção aos outros subsistemas como medida de precaução de menores custos, factores como: “Trabalhos extralectivos, criança vivendo em família com pais ausentes, lanche escolar, a distancia casa escola, seguidos de fraca participação dos pais na vida escolar dos seus educandos e crianças vivendo em família monoparental, claro, sem desperdiçar os menos referenciados pelos participantes, na opinião estancar pela raiz;
- Há necessidade de redobrar esforço em estratégias de envolvimento de lideranças comunitárias, religiosas, ONG’s para gradualmente em curto prazo retirar as cerca de 12000 crianças sentadas no chão e 122 turmas ao ar livre correspondendo a mais ou menos 6100 crianças estudando ao ar livre.
- Quanto as carteiras mesmo seja meio-termo comunitário, envolver na construção de bancos por materiais locais (paus), incluindo salas em mesmo material local, enquanto não haver fundos para provisão de carteiras escolares e salas convencionais no lugar de sentar no chão ou estudar ao ar livre.
- Reforçar formações contínua revisitando os instrumentos normativos sobre gestão escolar para efeitos de consolidação para uma reflexão consistente constante e sustentável, com base no aperfeiçoamento das leis vigentes.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J. B., Santos, L.M.P. (2012). *Manual de elaboração do projecto para trabalho de conclusão de curso – TCC: Curso de nutrição da FSL.*
- Antunes, A. F.B. (2013). *Introdução à Metodologia Científica.*
- Chiavenato, I. (1985). *Administração, Processo, Teoria e prática.* Brasil: São Paulo.
- Da Silva, A.M. & I.D. (2014). *O gestor e sua influência no desempenho escolar dos alunos: Brasília.*
- Dias, E.P. (2002). *Conceitos de Gestão e Administração: uma revisão crítica: Revista Electrónica de Administração.*
- Diploma Ministerial, (2008). *Regulamento Orgânico dos SDEJT.* Maputo
- Forte, S. H. A. C. (2004). *Manual de elaboração de Tese, Dissertação e Monografia: Fortaleza, Brasil.*
- Freire, H. & Bayma A. (2008). *Abandono escolar: Alguns factores Familiares, Coimbra.*
- Gerhardt, T.E. & Silveira D.T. (2009). *Método de Pesquisa (1ª Ed.): Rio Sul. Brasil.*
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa (6ª Ed.).* Brasil: São Paulo.
- Godoy, A.S. (1995). *Pesquisa qualitativos tipos fundamentais. Lisboa: ESCXEL.*
- Kast, F. E. & Rosenzweig, J.E. (1980). *Organização e administração: um enfoque sistémico (2 ed. SP): Pioneira.*
- Lei 18 de 28 de Dezembro,(2018).*Revisão da Lei sobre o Sistema Nacional de Educação.*
- Libânio, J. C. (1990). *Didática. São Paulo: Cortez Editora.*
- Marconi, M. A. & Lakatos E.M. (2003). *Fundamentos de Metodologias Científica (5ª Ed.).* Brasil: São Paulo.
- Martinz, R.A. & Rezende, K.D.A. (2012). *Princípio da gestão orientada para resultados na esfera municipal.*
- Mambo, F. M. & Finlândia, H. (s. d.).*Procura por Educação Primária em Moçambique.*
- MEC, (2014). *Manual dos padrões e indicadores de qualidade para a Escola Primária, Maputo.*
- MEC, (2015). *Manual de Apoio para os Conselhos de escola Primaria. Maputo.*
- Mombassa, A. B. & Bazo, M. (2019). *Módulo de Liderança e Gestão de Mudanças na Educação: UEM, Maputo.*
- Monteiro, M. & M. A. (2017). *Revisão de Literatura.*

- Piletti, C. (2004). *Didática Geral* (23ª Ed.): SP.
- REGEB, (2011). *Contribuições sobre a implementação do regulamento geral do ensino básico*: MEC, Maputo.
- INE, (2017). *Censo Populacional*: República de Moçambique: Maputo.
- Santos, D. C. (2013). *Organização, Gestão, Gestores*.
- Schultz, G. (2016). *Introdução à gestão de organizações* (1ª ed.) P.A: UFRGS.
- Stadler, A. & Paixão M.V., (2012). *Modelos de Gestão*, IFP-EaD: Curitiba-PR.
- UEM, (2017). *Módulo de Metodologia de Investigação Educacional*: FACED-EaD, Maputo.
- UEM, (2019). *Módulo de Micro Planificação e Carta Escolar*. Maputo: FACED
- UNESCO, (2019). *Revisão de Políticas Educacionais-Moçambique*.
- Vieira, S. & Hossne, W.S., (2001). *Metodologia Científica para área de Saúde* (4ª ed.)
- Liane, C. H., (2013). *Metodologia de Pesquisa* (2ª ed.) UFSC: Florianópolis.

Apêndices e Anexos

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Objectivo Geral:

Analisar como é que os Serviços Distritais da Educação Juventude e Tecnologia implementam uma Gestão e Planificação Educacional que considera todos os factores que têm Impacto no Acesso Escolar no Distrito de Massinga no período de 2017 a 2020.

I. Identificação:

Pergunta	Idade					Sexo		Profissão			
Categoria	-25	25-35	35-45	45-55	55+	Masc.	Fem.	Gestor Educacional	Planificador Profissional	Técnico de Estatística	Técnico de RH

Pergunta	Tempo no Sector					Tempo na Actividade que faz					Nível de Formação		
Categoria	5	5-10	10-15	15-20	20+	5	5-10	10-15	15-20	20+	Médio	Superior	Outro

Pergunta	Cargo						Tempo de Serviço				
Categoria	Director dos SDEJT	Director Pedagógico	Director Administrativo	Chefe Secretaria	Chefe de RH	Chefe Estatística	-20	20-25	25-30	30-35	35+

Observação: _____

II. Questionário para funcionários dos SDEJT de Massinga e para Presidentes ou

São Factores que determinam o acesso escolar no Primeiro Ciclo do Ensino Primário no Distrito de Massinga		Categoria				
		Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Descordo	Descordo totalmente
Familiars	Vida dos alunos em Família Monoparental,					
	Vida dos alunos em Família Reconstituída,					
	Vida dos alunos em Família Adotiva					
	Vida dos alunos com Pais Ausentes					
	Trabalhos extra-lectivo					
	Factores pessoais do aluno					
	A falta de material escolar					
Escolares	Ambiente escolar					
	Exclusão escolar					
	Rácio Aluno Professor					
	Falta de salas de Aulas					
	A falta de lanche escolar					
	Falta da Participação dos pais na vida escolar dos seus educandos					
	A distância casa escola					
	Falta de carteiras escolares					
	Frac Ligacao Escola Comunidade					

Representante de Conselhos de Escola.

Observação: _____

III. Guião de Entrevista para o Director dos SDEJT e chefes de Repartições:

1. Factores que determinam o acesso escolar no Distrito de Massinga.

2. Que Estratégias o SDEJT usa para assegurar o acesso escolar no Distrito de Massinga.

3. Que Indicadores evidenciam o acesso escolar no distrito de Massinga.

4. Qual é o Papel do SDEJT na planificação promoção da ligação escola comunidade ao nível do Distrito de Massinga.

5. Qual é o Papel do SDEJT na planificação e promoção para o acesso e retenção escolar no Distrito de Massinga.

6. Qual é o Papel do CE na promoção da ligação escola comunidade no Distrito de Massinga.

Observação:_____

V. Guião para colheita de dados em análise bibliográfica documental:

1. Verificação de dados do INE sobre projecções da população com idade escolar para o EP1 de 2017 a 2020, com base no Censo populacional de 2017.

2. Verificação das projecções e as realizações do SDEJT sobre os efectivos escolares para o EP1 para o período de 2017 a 2020, segundo seu PES e Relatórios ou Resumos anuais das execuções feitas.

3. Verificação do papel do SDEJT em relação as orientações dos documentos normativos, como o Regulamento Geral Ensino Básico e o Estatuto Orgânico do SDEJT.

4. Outros

Visado
C. P. de 10/1/2021



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

V. MARIANO
Massingua 101
O DIRECTOR
Rogério Gentil de F. Filipe

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CREDENCIAL

Credencia-se Gentil de Jesus Alexandre¹, estudante do curso
de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação²,
a contactar Serviços de Ed. e Tecnologia da Massingua e Gestão
de Distrito da Massingua a fim de Fazer levantamento de dados³
para produção da Monografia⁴.

Maputo, 26 de Janeiro de 2021⁵

O Director Adjunto para Graduação

Adriano S. Uaciquete

dr. Adriano Uaciquete
(Assistente)

¹ (Nome do Estudante)
² (Curso que frequenta)
³ (Instituição de recolha de dados)
⁴ (Finalidade da visita)
⁵ (Data, Mês, Ano)

Serviço Distrital de Educação
Instituto e Tecnologia da Massingua
EST. Nº 116/024.1
Data 26, 01, 2021
Ass Alberto Adriano